

A profissionalização docente e os desafios político-estruturais dos formadores em Odontologia†

Um estudo com coordenadores de graduação.

Luciane Gabeira Secco* Maria Lúcia Toralles Pereira**

* Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Rubião Júnior.

** Departamento de Educação, Instituto de Biociências de Botucatu, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, UNESP.

RESUMO

A profissionalização da atividade docente é o foco de discussão deste artigo. A pesquisa investiga as concepções de qualidade de ensino de 13 coordenadores de curso de graduação das faculdades de Odontologia do estado de São Paulo que possuem pós-graduação *stricto sensu*, com a finalidade de apontar tendências e contradições relativas às dimensões político-estruturais, curriculares e pedagógicas da profissão. A análise desses dados busca identificar elementos que possam interferir na formação docente, tendo em vista os novos desafios da profissão. Os dados foram colhidos por questionário, contendo questões fechadas e abertas, e por entrevistas realizadas com alguns coordenadores de curso (entre setembro de 2001 e abril de 2003). Os resultados apontam, no plano político-estrutural, para a crise da Odontologia, seja pelo número de escolas no País, seja pela exaustão do modelo de atendimento, individual e elitista, seja pelo dilema ético dos profissionais que se colocam entre os convênios odontológicos e os custos dos consultórios; no plano curricular apontam para a valorização das condições materiais, da titulação acadêmica e dos processos de avaliação, com algumas contradições em relação à defesa da formação generalista; mostram contradições evidentes no plano pedagógico (em relação aos métodos de ensino-aprendizagem, participação do aluno). Conclui-se que a transformação da crise em

um projeto político-pedagógico realizável cria espaço para mudanças nos currículos das faculdades de Odontologia e acentua os desafios em termos de orientações pedagógicas e competências da função docente. Pela análise dos resultados, cabe ainda lembrar que as diferentes etapas na carreira docente, em termos de tempo de trabalho, podem ser significativas para compreender posturas mais tradicionais ou inovadoras no plano pedagógico.

DESCRITORES

Docentes. Ensino superior. Educação em saúde. Odontologia.

A formação do professor universitário tem sido discutida por vários pesquisadores^{1,5,7}. Numa época de novas demandas sociais e amplos questionamentos em relação à qualidade das práticas pedagógicas que se desenvolvem no interior das Instituições de Ensino Superior (IES), observa-se, de um lado, a exigência de construir um projeto pedagógico pautado pelo princípio da qualidade, de outro, a necessidade de perceber que a qualidade desse projeto depende muito “de uma política de qualificação permanente do corpo docente como fundamento e garantia da qualidade do conjunto organizado de atividades acadêmico-científicas”⁷.

A profissionalização docente passa a ser um desa-

† Este ar

□
ma de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, UNESP.

fio, visando possibilitar que as práticas nas IES se reorganizem, sobretudo, para “dar conta de uma nova perspectiva epistemológica, onde as habilidades de intervenção no conhecimento sejam mais valorizadas do que a capacidade de armazená-lo”⁵.

Perri de Carvalho¹² (2001), ao analisar o perfil dos docentes dos cursos de Odontologia, diz que os professores, até recentemente, “eram os profissionais bem-sucedidos e disponíveis para ensinar nas faculdades”. Considera que cursos de educação continuada, voltados para desenvolver processos pedagógicos, podem trazer efetiva colaboração para o docente das diferentes áreas.

Diante da necessidade de pensar caminhos para a formação docente na área, cabe conhecer as concepções dos coordenadores de curso de graduação sobre as mudanças que desafiam a prática pedagógica em Odontologia, tendo em vista as novas demandas sociais. Para isso, investigam-se as concepções de qualidade do ensino daqueles que respondem, legalmente, pela elaboração dos currículos nas faculdades de Odontologia: os coordenadores de graduação.

A EDUCAÇÃO ODONTOLÓGICA

Embora o ensino de Odontologia se caracterize como educação vocacional, “diretiva”, que tenta levar o estudante à aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes concentradas em torno de sua prática,

“a educação odontológica é um processo contínuo destinado a produzir profissionais capazes de manter ou restaurar o estado de saúde da cavidade bucal. O objetivo é produzir, eficientemente, um número suficiente de profissionais, com a qualidade adequada, capazes de produzir, entregar e distribuir serviços odontológicos da maneira mais econômica possível. As profissões existem para satisfazer uma necessidade social e a Odontologia não é exceção. Ela opera em um sistema social, dentro do qual a profissão e suas instituições estão continuamente se reajustando de acordo com a mudança na tecnologia, os pontos de vista profissionais e as necessidades ou demandas da educação odontológica”⁴.

O mercado passou a influenciar a prática e a educação odontológica desde a metade do século 20, observa Narvai¹¹ (1994). Ao analisar as propostas e ações relativas à prática odontológica no Brasil, no período entre 1952-1994, o autor afirma que “o movimento do capital (...) fez aparecer e consolidou no Brasil uma Odontologia de mercado, caracterizada pela produção-consumo privada de bens e serviços sob regulação

do mercado”¹¹.

“Trata-se de Odontologia tecnicamente elogiável (pelo nível de qualidade e sofisticação inegavelmente alcançado nas diversas especialidades), cientificamente discutível (uma vez que não tem demonstrado competência para expandir esta qualidade para a maioria da população) e socialmente caótica (pela inexistência de impacto social ante as iniciativas e programas públicos e coletivos implementados)”⁸.

No início dos anos 70, com a implementação dos cursos de pós-graduação e as exigências de titulação para a carreira universitária, obtidas em tais cursos e em concursos públicos, começa a se questionar a formação docente daqueles que “comumente não receberam o mínimo de uma formação pedagógica e, como decorrência, apresentam dificuldades no exercício desta atividade que requer uma abordagem múltipla e complexa do processo ensino-aprendizagem”¹².

Pressionados pelas Diretrizes Curriculares, desde o final de 2001, e pelo debate sobre qualidade e avaliação que se coloca em âmbito internacional, os cursos de Odontologia começam a buscar caminhos que respondam a esses desafios: construção do projeto pedagógico do curso, mudanças curriculares e profissionalização do trabalho docente.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa de caráter exploratório, descritivo e analítico, apoiada em abordagem qualitativa. A partir de questionário (com questões abertas e fechadas) e entrevista, investigam-se concepções sobre qualidade de ensino de coordenadores de graduação de cursos de Odontologia do estado de São Paulo. As questões fechadas seguem o padrão da escala Likert e apresentam uma graduação quantificada das proposições de um a cinco, para possibilitar apreender a intensidade das respostas e atitudes dos respondentes. Há questões fechadas que perguntam sobre o grau de concordância ou discordância em relação a alguns aspectos relevantes para a qualidade do ensino superior, apresentando como opções:

1. discordo totalmente;
2. discordo;
3. concordo;
4. concordo totalmente;
5. não tenho opinião.

Há, ainda, questões fechadas que buscam apreender graus de importância de determinados aspectos

da dimensão pedagógica para a qualidade do ensino superior, com proposições do tipo: 1 - Nada importante para a qualidade; 2 - Pouco importante para a qualidade; 3 - Importante para a qualidade; 4 - Muito importante para a qualidade; 5 - Não tenho opinião.

As questões abertas que integram o questionário são três. A primeira é sobre os fatores que os coordenadores de curso consideram primordiais para a identificação da qualidade de um curso universitário considerando os desafios da sociedade atual; a segunda pergunta é se o curso, coordenado por ele, está preparado para responder a esses desafios e por quê; e a última questão, dividida em parte A e parte B, foi acrescentada ao questionário original, para atender finalidades específicas desta pesquisa, considerando a área de Odontologia e as orientações das novas diretrizes curriculares sobre a formação profissional e os aspectos da promoção de saúde. Para isso, pergunta-se aos coordenadores quais os conteúdos que consideram relevantes para garantir uma formação com visão de promoção em saúde; e que exigências esse foco da formação coloca em termos de metodologia de ensino-aprendizagem.

O grupo de coordenadores que integra a pesquisa foi organizado com base em dois critérios: atuar em cursos de graduação em Odontologia situados no estado de São Paulo que apresentam cursos de pós-graduação *stricto sensu*; e aceitar participar da pesquisa. O cenário do trabalho é o estado de São Paulo onde, até o momento de encerramento da fase de levantamento de dados da pesquisa, por meio de questionário (janeiro de 2002), havia 14 cursos com programas de pós-graduação *stricto sensu*: 14 escolas identificadas foram convidadas a participar da pesquisa e 13 coordenadores aceitaram.

Ressalta-se que o critério – ter pós-graduação *stricto sensu* – foi utilizado porque essas instituições são formadoras da maior parte dos mestres e doutores do país e, por isso, consideradas parâmetros nacionais do ensino de Odontologia, além de serem modelos de referência para possíveis inovações de ensino. A opção por trabalhar com os coordenadores se deve à dimensão de poder político que eles podem ter sobre os padrões de qualidade universitária, por estarem diretamente envolvidos com a elaboração de currículos e representarem um colegiado, com responsabilidades definidas legalmente, sobre os assuntos ligados ao ensino. Pode-se dizer, portanto, que “a qualidade do profissional formado pela universidade é da competência direta das coordenações de cursos”¹³. Embora, na prática, este poder nem sempre se encontre em

suas mãos, os coordenadores são legalmente representantes da proposta de formação profissional em seus cursos e deveriam assumir papel decisivo num processo de mudança.

Na primeira etapa de levantamento de dados foi aplicado o questionário a todos os coordenadores envolvidos com a pesquisa. O processo de análise exigiu uma forma de categorização a partir da agregação dos dados, realizada com base em três dimensões da formação profissional discutidas por Cunha⁶ (1995): questões político-estruturais (aspectos da estrutura de poder que interferem no ensino de Odontologia e no cenário profissional do cirurgião-dentista); questões curriculares (relativas ao projeto pedagógico do curso) e questões pedagógicas (relativas a métodos de ensino-aprendizagem). Após essa primeira análise dos dados levantados pelo questionário, foram realizadas entrevistas com três coordenadores (de escolas públicas e particulares). Os dados das entrevistas foram interpretados com base em estudos de Minayo¹⁰ (1994), visando ao entendimento desses depoimentos, a partir de categorias que se mostraram significativas no contexto da formação profissional em Odontologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 13 escolas que participaram da pesquisa, cinco são da rede privada e oito são públicas (uma municipal e sete estaduais). Considerando o critério de seleção das escolas, constata-se, no estado de São Paulo, uma predominância de cursos de pós-graduação em instituições públicas, o que não significa que o número de programas de pós-graduação seja uniforme entre as escolas selecionadas.

Do total de escolas estudadas, nove localizam-se no interior do estado (duas escolas privadas e sete públicas, sendo uma municipal e seis estaduais); e quatro na cidade de São Paulo (três escolas privadas e uma pública estadual). Mais da metade delas têm tempo de funcionamento superior a quarenta anos. Três dessas escolas datam do começo do século 20, incorporando, em seus cursos, todo o peso do modelo tradicional de ensino.

No conjunto das escolas analisadas, trabalham 1.254 professores, sendo 825 em escolas públicas e 429 em escolas privadas – dado que pode ser significativo no contexto de propostas de mudança educacional na área que visem uma política de formação docente. Sobre esse aspecto, foi apontado, por coordenadores que, ao se comparar os processos de mudança vivenciados nas escolas públicas e particulares, esses pro-

cessos tendem a se manifestar de modo mais rápido nas escolas particulares o que, para os mesmos, não quer dizer que esse processo ocorra da forma mais adequada nessas escolas.

“Na escola particular o processo de mudança é mais rápido, no sentido de que estas escolas tendem a se adequar às novas exigências. Nas escolas públicas, este processo está mais desarticulado, é mais lento, e, se as mudanças existem, na Odontologia elas podem ser observadas de forma mais alinhada em Bauru, por condições especiais; Ribeirão Preto também...” (relato de entrevista).

Chama a atenção, no levantamento dos dados, que somente 61,12% das vagas oferecidas para o 1º ano dos cursos são preenchidas, indicando um momento de crise para as faculdades de Odontologia, com o mercado de trabalho saturado, mesmo nas cidades de pequeno porte.

Do total de coordenadores de curso que participaram do estudo (13 sujeitos), 84,62% atuam em regime de trabalho de tempo integral, sendo 61,53% em instituições públicas, confirmando a tendência do tempo integral para grande parte dos professores dessas instituições. Nas escolas particulares, apenas uma pequena parcela de professores trabalha em tempo integral.

Entre os coordenadores que participaram do estudo, 76,92% são do sexo masculino e, embora mais da metade deles atue na instituição há mais de doze anos, 61,54% exercem a função de coordenador há menos de cinco anos. Quase a totalidade (92,31%) dos coordenadores atua como docente há mais de 12 anos, o que permite inferir que há uma familiaridade desse grupo de participantes com as questões do ensino nas suas escolas, condição relevante para que as respostas obtidas possam ser consideradas representativas no universo selecionado. Trata-se, assim, de um grupo de professores com algum tempo de experiência na docência e na instituição, sendo que 76,92% desses coordenadores têm idades que variam entre 36 e 65 anos.

Ao utilizarmos o estudo de Huberman⁹ (1992) para analisar as etapas da carreira docente, constatamos que 1/3 dos coordenadores que participaram da pesquisa encontra-se em período próximo à aposentadoria. Considerando que o estudo referido, sobre professores em diferentes momentos da carreira docente, mostra que esses momentos tendem a caracterizar-se por experiências e motivações também diferentes no que se refere ao enfrentamento das mu-

danças, sejam elas curriculares ou da prática pedagógica, este é um dado importante a ser considerado na capacitação docente.

Na fala de um coordenador aparece a questão das diferentes fases, apontando para o papel que os jovens docentes tendem a ocupar nos cursos.

“Os professores mais jovens, os professores associados, estão trazendo uma oxigenação maior ao curso (...). Além disso, a pós-graduação está trazendo muita melhoria” (relato de entrevista).

A titulação acadêmica foi apontada, com unanimidade, como um dos aspectos muito valorizados e visto, pela maioria dos coordenadores, como diferencial da qualidade docente. Na fala de um coordenador aparece, contudo, uma observação importante em relação a esse processo.

“Hoje, os professores já estão sendo contratados como doutores nas escolas públicas. Isto é bom, mas também tem um lado negativo: este professor perde, muitas vezes, a possibilidade de viver parte de sua formação, ao mesmo tempo, como aluno e como professor – condição que favorece a atuação do professor com os alunos, em sala de aula” (relato de entrevista).

No contexto das escolas estudadas foi possível constatar que os processos de avaliação implantados e as Diretrizes Curriculares têm gerado um movimento de mudanças e muitos desafios à comunidade acadêmica da área de Odontologia, tanto em termos curriculares como pedagógicos, apontando algumas contradições entre as concepções dos coordenadores.

“Para conseguir melhorar o desempenho no Provão, várias escolas fizeram recuperação utilizando a Disciplina de Odontologia Preventiva como nome fantasia. Eu não concordo (...). O Provão não pode ser parâmetro para medir qualidade; é somente uma proposta para ajudar a recuperar as faculdades em dificuldades” (relato de entrevista).

“Há escolas que estão transformando todas as clínicas em estágio supervisionado, o que também não concordo. Penso que as clínicas são destinadas ao desenvolvimento de habilidades (...). Discordo quando as diretrizes recomendam que o curso de Odontologia tenha 20% em estágio supervisionado. Mas (...) o fato de as diretrizes serem ‘mandatárias’...” (relato de entrevista).

Analisando a formação odontológica a partir das três dimensões identificadas por Cunha⁶ (1995), ob-

serva-se que, na dimensão político-estrutural, a Odontologia vivencia um momento de crise, seja pelo número de escolas no país, seja pela exaustão do modelo de atendimento, individual e elitista, predominante nos currículos das escolas brasileiras, ou, ainda, pela necessidade de se adaptar às exigências dos pacientes (determinadas e incentivadas pela grande mídia: jornais, revistas, programas de televisão).

“A Odontologia está em crise; é necessário que ela se assumira como profissão das Ciências da Saúde. Houve um tempo em que o profissional era muito valorizado e muito bem remunerado. O profissional não se preocupava com o que estava fazendo porque chegava a trocar de carro todo o ano e não precisava refletir sobre a profissão. A profissão não é mais a mesma porque o profissional não tem força para negociar com os convênios, não tem como brigar (é briga de peixe grande!). São os convênios que estabelecem quanto vão pagar e como vão pagar (...) e se o cirurgião-dentista não estiver interessado, hoje existem milhares de profissionais querendo essa oportunidade de trabalho” (relato de entrevista).

Estes aspectos, associados ao ensino da prática voltada para o coletivo, com maior impacto social no contexto das políticas públicas de saúde, se manifestam como desafios a serem enfrentados no âmbito político-estrutural da formação odontológica. Ainda que pouco discutidos no contexto dos cursos, talvez porque, como apontou um coordenador em seu relato, “o cirurgião-dentista é uma categoria profissional pouco politizada”, devemos identificar nas características levantadas, aspectos que deverão ser considerados em qualquer proposta de profissionalização docente. Como comenta um coordenador: “temos de ir pensando na formação dos alunos e na formação dos formadores, porque esses não dão a atenção devida a uma formação política dos profissionais.”

CONCLUSÕES

A Odontologia há muito tempo ultrapassou os laços artesanais e artísticos e se consolida em bases científicas, buscando uma atuação social na área da Saúde. A qualidade, em termos profissionais, depende de ações competentes, não somente para indicar e realizar habilidades e saberes que respondam a problemas específicos, mas para repensar o próprio papel do profissional diante dos problemas da realidade social, em um movimento de ação e reflexão. Nesse movimento dialético, em que novos valores são identificados na sociedade, a comunidade acadêmica busca

caminhos que respondam às demandas da formação profissional em suas diferentes dimensões da prática.

Em pesquisa realizada na área¹⁴, as crises e utopias em relação à qualidade do ensino de Odontologia são mais explicitadas na dimensão pedagógica e mais encobertas na dimensão político-estrutural.

Ainda que a clínica possa suprir as necessidades individuais e privadas com qualidade técnica reconhecida, deve-se reconhecer que existe um desafio em termos de abrangência: uma distância entre o ensino de Odontologia e a perspectiva de universalização da saúde bucal. Romper essa distância exige políticas de formação do profissional que valorizem a presença do atendimento público e coletivo – fato que gera novos desafios à dimensão curricular do curso e, também, à dimensão pedagógica (definição de estratégias de ensino-aprendizagem que poderão orientar um modo de ser e de agir enquanto profissional).

Além disso, aparece a crise de prestígio da profissão – o *status* do cirurgião-dentista na organização social: “a Odontologia está em crise...” “a profissão não é mais a mesma...” “o profissional não tem força para negociar com os convênios...”, como se constatou em relatos de entrevista. Apesar dessa crise abalar o prestígio e o poder do profissional no mundo do trabalho, como observa Botazzo² (2000), a formação odontológica, na tentativa de negar a crise, procura perpetuar o *status* já alcançado enfatizando a competência técnica altamente especializada.

A crise vivida no espaço político-estrutural, explicitada por alguns coordenadores em relatos de entrevista, parece não ser tratada criticamente no contexto da formação odontológica: “o aspecto político da formação do cirurgião-dentista não está sendo trabalhado (...). O cirurgião-dentista não tem força para elaborar programas e não temos representantes que sejam aceitos e que tenham força”, comentou um coordenador. Essa lacuna na formação que poderia considerar os desafios da realidade brasileira tende a se reproduzir nos cursos de Odontologia, dificultando a participação nas políticas de atendimento público, em termos de saúde bucal coletiva.

A discussão sobre as demandas da sociedade, na perspectiva de superação das diferenças sociais, traz, também, o desafio da equidade como um indicador ao conceito de qualidade nos cursos de Odontologia, podendo apontar caminhos na elaboração de um projeto social, educativo e comprometido com a cidadania.

No Brasil, ainda se faz necessário que a educação

aprimore seu trabalho, no sentido de superar o grave problema de exclusão social. O desafio de valorizar o público e o coletivo exige novos caminhos em termos da formação profissional em Odontologia. Talvez, tomando as palavras de Buarque³ (1994), o desafio da área, neste momento, seja o de formular novas perguntas. Em muitos casos, como diz o autor, a crise decorre da perda de capacidade para definir corretamente os problemas que precisam ser enfrentados pela formação, pela extensão e pelas pesquisas.

Assim, no plano político-estrutural, pode-se dizer que um dos desafios ao ensino odontológico é discutir criticamente a crise, considerar a realidade brasileira e suas demandas, a especificidade do conhecimento técnico-científico na área de Odontologia e o projeto político-social que a profissão pode e quer assumir.

A transformação dessa crise em um projeto de formação do profissional de Odontologia cria espaço para mudanças no imaginário da profissão (imagens criadas em torno do profissional da Odontologia), na perspectiva da qualidade técnica especializada e na perspectiva científica e social, investindo em expandir essa qualidade alcançada para a maioria da população, com maior impacto social em programas públicos e coletivos (a própria inserção da saúde bucal no Programa de Saúde da Família pode ser um exemplo dessa possibilidade). Cria, também, novos desafios em termos de estrutura curricular, orientações pedagógicas e competências da função docente, cujo enfrentamento não pode desconsiderar a especificidade do conhecimento na área e as características da profissão no mundo do trabalho.

No universo estudado, foi na dimensão pedagógica dessa formação (na relação professor, aluno, conhecimento) que os conflitos afloraram com maior visibilidade, e foi, também, nesse espaço que concepções tradicionais de ensino e aprendizagem apareceram lado a lado com posturas aparentemente inovadoras. Houve uma tendência à busca de respostas inovadoras, orientadas pela participação docente e discente e pela integração teoria e prática, básico e aplicado, embora essas posturas nem sempre estivessem apoiadas em fundamentos teóricos e/ou metodológicos capazes de se transformar em práticas concretas.

Ainda cabe destacar a quase unanimidade entre os coordenadores em considerar que os seus cursos se encontram preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Parece que a crise, apreendida nas entrelinhas dos relatos de entrevista, não

apareceu no questionamento mais objetivo, que se obteve com o uso do questionário (principal instrumento utilizado). E se é a crise que possibilita a mudança e a busca de respostas aos novos problemas, como lembra Buarque³ (1994), parece que o grande desafio seja transformar essa crise em problema a ser enfrentado pela comunidade acadêmica.

ABSTRACT

Professionalization of university teachers and the challenges of the political-structural dimension in the teaching of dentistry

New social demands and the guidelines for the Brazilian curriculum of dentistry programs challenge the teaching practices of institutions of higher education. Within this context, we investigated the concept of quality in higher education, as seen by professors who work in the field of dentistry as coordinators of undergraduate studies. The universe of this study consists of 13 coordinators of the undergraduate programs of the schools of dentistry in the state of São Paulo that offer programs for full graduate degrees (Master's and Doctorates). The tools employed for data collection were a questionnaire and an interview with coordinators. The purpose of our study is to discuss the challenges of training professors in the field of dentistry, and to suggest indicators capable of providing input for projects focusing on the professionalization of university teaching. The data collected were discussed based on the political-structural dimension of the profession and the results indicate a dentistry crisis, with the profession facing a status crisis, as well as challenges concerning the universalization of mouth healthcare for most of the population and its social impact. In conclusion, a political and pedagogical project could promote discussion on the crisis and changes in curricula, while still taking into consideration the social reality.

DESCRIPTORS

Faculty. Education, higher. Health education. Dentistry. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Balzan N. A voz do estudante: sua contribuição para a deflagração de um processo de avaliação institucional. *In*: Dias Sobrinho J, Balzan NC (orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo; Cortez; 1995. p. 115-47.
2. Botazzo C. Da arte dentária. São Paulo; Hucitec; 2000.
3. Buarque C. A aventura da universidade. São Paulo/Rio de Janeiro UNESP/Paz e Terra; 1994.

4. Chaves MM. Odontologia social. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil; 1977.
5. Cunha MI. A avaliação da aprendizagem no ensino superior. Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. RAIS 1999;4(14):7-13.
6. Cunha MI. Implicações da estrutura político-estrutural das carreiras profissionais nos currículos da universidade. PUCAMP 1995;(2):3-21.
7. Dias Sobrinho J. Universidade: projeto, qualidade, avaliação e autonomia. Pro-Posições 1992;3(7):7-17.
8. Garrafa V. Saúde bucal e cidadania. Saúde em Debate (Cebes) 1993;41:50-7.
9. Huberman M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: Nóvoa A (org.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora; 1992. p. 31-62.
10. Minayo MCS (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis; Vozes; 1994.
11. Narvai PC. Odontologia e saúde bucal coletiva. São Paulo: Hucitec; 1994.
12. Perri de Carvalho AC. Ensino de Odontologia em tempos da LDB. Canoas: Ulbra; 2001.
13. Sabadia JAB. O papel da coordenação de curso – a experiência no ensino de graduação em Geologia na Universidade Federal do Ceará. Revista de Geologia 1998;11:23-9.
14. Secco LG. O ensino de Odontologia no estado de São Paulo: as concepções de qualidade dos coordenadores de cursos de Odontologia, Botucatu [Dissertação de Mestrado]. Botucatu: Faculdade de Medicina da UNESP; 2003.

Accito para publicação em 11/2003

21^a **REUNIÃO DA SBPqO**

Você, professor/pesquisador, participe da apresentação da categoria Pesquisa-Ensino na 21ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica.

Informações no site: www.sbpqo.org.br